



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 22/2015

*Da reunião pública Extraordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 18 de dezembro de 2015*

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas nove horas e quinze minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PROPOSTA DE REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES PREEXISTENTES E LEGALIZAÇÕES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar submeter a proposta de Regulamento de Edificações Preexistentes e

Legalizações, à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos invocados na presente proposta. -----

----- O presidente interveio para mencionar que decorridos os 30 (trinta) dias da consulta pública não existiram quaisquer contributos, e como tal o assunto será discutido e aprovado, em reunião do executivo, para posterior aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que em reunião ordinária, realizada no transato dia 14 de outubro, foi deliberado solicitar parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no que concerne à proposta de Regulamento, e como tal o documento entregue aos vereadores opositores prende-se com um parecer relativo ao projeto do Decreto-Lei, datado de 14 de janeiro de 2014, e não ao assunto em questão, tendo lido de seguida um trecho da Ata de 14 de outubro de 2015, nomeadamente “ *O vice-presidente interveio para fazer uma pequena explicação do assunto, tendo de seguida o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que os vereadores da oposição encontram-se de acordo com a medida, porém, considera que existe um “problema de legalidade com a mesma”, e foi nesse sentido que solicitou os documentos agora distribuídos. Continuou referindo, no âmbito dos pareceres desfavoráveis emitidos anteriormente pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e DOPGU, que os vereadores da oposição são da opinião que a Edilidade deveria solicitar um novo parecer, no que concerne à proposta agora apresentada de modo a salvaguardar o executivo quanto à sua legalidade, dado que tem conhecimento da perda de mandato de presidentes de Câmara, devido a situações dessa natureza (edificações/construções). Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros aprovar a referida proposta, bem como solicitar pedido de parecer à ANMP*”. Findou relembrando que o parecer elaborado e enviado “nada tem a ver com o que foi deliberado”. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que após a reunião do executivo foi solicitado à ANMP um parecer de acordo, com a deliberação da reunião ordinária, tendo essa entidade enviado parecer posteriormente, o qual

2

teve a concordância da Dr<sup>a</sup>. Dulce Lopes. De seguida mencionou que em 2012 quando iniciou o processo em questão, apresentou proposta “não tão fundamentada como esta”, dado que foi elaborada com “os meios que tinha ao seu alcance”, tendo sido posteriormente melhorada e aperfeiçoada, com o devido apoio, no qual resultou um projeto de regulamento em discussão, que estabelece “aquilo que foi a extensão da portaria do Decreto-Lei de 1951”. Continuou referindo que é importante corrigirmos em certa medida o “que está para trás”, de modo “a tornar justa” a aplicação da Lei e para bem da população, sendo em sua opinião uma medida de combate à desertificação, porque vai tornar “mais ligeira as legalizações e mais forte a sustentabilidade das reconstruções”. Findou referindo que o regulamento foi elaborado de acordo, com a legislação em vigor e de acordo com os pareceres da ANMP e Dr<sup>a</sup>. Dulce Pontes, e nesse sentido considera que “não corremos quaisquer riscos e perdas de mandatos, uma vez que está tudo dentro da legalidade”. ---

----- O vereador José Pereira interveio para evidenciar que os vereadores da oposição “nunca estiveram contra a medida”, tendo lido de seguida o último parágrafo da declaração de voto, da reunião de 14 de outubro, e que se passa a transcrever: “*Considerando que concordamos com a medida, uma vez que a mesma poderá vir a facilitar as legalizações das edificações, mas a falta do cumprimento na entrega dos documentos solicitados e da falta do novo parecer proposto, não nos permitem fazer uma análise da legalidade da proposta*”. Continuou referindo que não deve ser passado para o exterior a informação atrás descrita, nomeadamente que “não estão contra a medida”, sendo também da opinião que deveriam existir pareceres de outras entidades. Quanto à proposta apresentada em 2012 lembrou que a mesma foi retirada, para esclarecimentos adicionais, ficando dependente dos pareceres da ANMP e da DOPGU, os quais foram desfavoráveis. Aludiu ainda que a proposta que “o senhor elaborou na altura, também era uma boa medida, se fosse exequível, para facilitar a legalização das reconstruções de habitações”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto,

3

R

que se passa a transcrever: “ Considerando que, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação foi alterado através do Decreto-Lei n.º 136/2014; considerando que, a proposta de Regulamento de Edificações Preexistentes e Legalizações do Município de Alcoutim pretende dar cumprimento à alteração do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Considerando que, na reunião de 14 de outubro de 2015, a Câmara Municipal deliberou, solicitar parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a proposta de regulamento; considerando que, o parecer solicitado era imprescindível para a análise da legalidade da proposta; Considerando que, o parecer que nos apresentaram é referente ao projeto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, datado de 14 de janeiro de 2014 e não referente à proposta de regulamento em causa; Considerando que, concordamos com a medida, uma vez que a mesma poderá vir a facilitar as legalizações das edificações, mas a falta do parecer solicitado, não nos permitem fazer uma análise da legalidade da proposta”. -----

----- O presidente apresentou igualmente declaração de voto, subscrita pelos vereadores Paulo Paulino e José Galrito, e que se passa a transcrever: “Quero manifestar a minha satisfação em, finalmente, aprovar na Câmara um documento que se reveste de grande importância para o combate às dificuldades que sempre existiram para regularizar e legalizar construções preexistentes, que tem criado processos morosos e demasiado onerosos para quem os requer e em tantas outras vezes, até um fator desmobilizador para quem se vê confrontado com tanta burocracia e custos associados à legalização e transferência de imóveis. Este documento irá criar condições mais justas de acesso a estes procedimentos e afigura-se com uma importante ferramenta de combate à desertificação”. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara extraordinária de 18 de dezembro de 2015, a proposta acima referida, e para que a mesma adquira eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por

4  
uf3

unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas nove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário



